



## Projeto amplia alcance da MP que reestrutura setor elétrico

Marcos Oliveira/Agência Senado — 9/5/2018



O relator, deputado Julio Lopes, e o presidente da comissão mista, senador Eduardo Braga, defendem aprovação do texto

Medida provisória passou em comissão mista na quarta-feira e precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado ainda neste mês. Texto aprovado estende ações previstas pelo governo

**O**s Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados devem votar antes de 1º de junho a medida provisória que reestrutura o setor elétrico. O texto foi aprovado na quarta-feira pela comissão mista que estudou o tema.

O projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Julio Lopes, amplia o alcance da iniciativa. A MP enviada pelo Executivo tinha quatro artigos. O relator apresentou um texto com 29 artigos, que abordam outros pontos da reestruturação.

O presidente da comissão mista, senador Eduardo

Braga, comemorou a aprovação da medida provisória, afirmando que a proposta reestrutura, reorganiza e viabiliza financeiramente o setor elétrico e garante segurança energética ao país “para os próximos 50 anos”.

O trecho mais polêmico da MP permitia a inclusão da Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização. Braga ressaltou que esse trecho foi retirado do projeto de lei de conversão aprovado na quarta-feira.

Senadores da oposição, no entanto, criticaram em pronunciamentos na tribuna do Plenário a aprovação da medida provisória. **3**

### Ministério da Segurança Pública divide opiniões em debate

O ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e representantes do governo divergiram ontem sobre a criação do Ministério da Segurança

Pública, em debate realizado pela comissão mista que discute a medida provisória que desmembrou o Ministério da Justiça. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senador Dário Berger (E), relator, e o ex-ministro José Eduardo Cardozo (D)

Gerardo Magela/Agência Senado



Paim, relator, Telmário Mota, presidente da subcomissão, e Regina Sousa

### Texto de Estatuto do Trabalho é apresentado em subcomissão

O relatório sobre a sugestão de Estatuto do Trabalho foi apresentado ontem na subcomissão temporária que analisa o tema. O senador

Paulo Paim será o relator da proposta, que deve regulamentar questões como jornada de trabalho de 40 horas semanais. **4**

### Denúncia de mães chega à CPI dos Maus-Tratos

Denúncias de mães sobre a má aplicação da Lei da Alienação Parental foram ouvidas ontem pelos senadores da CPI dos Maus-Tratos. A audiência foi fechada para preservar as famílias, muitas em processo pela guarda de filhos. **3**

### Acordo atualiza ação de órgão do Banco Mundial

Segue ao Plenário a modernização do acordo que rege a atuação da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos, do Banco Mundial, aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **4**

### Grupo parlamentar vai viabilizar tratado entre Brasil e Coreia do Norte

A Comissão de Relações Exteriores criou ontem o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte, cujo principal objetivo é aprovar o acordo de cooperação econômica e técnica assinado pelos dois países em 2009. O texto tramita na Câmara.

O presidente da comissão, Fernando Collor, também apresentou balanço de visita oficial àquele país. Segundo ele, o governo norte-coreano quer investir a partir de agora na infraestrutura econômica. **4**



A aprovação do grupo parlamentar é iniciativa de Fernando Collor (à mesa), que visitou a Coreia do Norte no final de abril

Pedro França/Agência Senado

### Vai a Plenário indicação de Parola para a OMC **4**

### Comissão aprova novo embaixador do Brasil no Mali **4**

# Grupo apresenta proposta de Estatuto do Trabalho

Texto com mais de 700 artigos relatado por Paulo Paim regulamenta temas ligados à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, jornada de 40 horas semanais e ao salário mínimo

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA do Estatuto do Trabalho apresentou ontem o relatório que formaliza a proposta da nova lei. O texto é uma sugestão legislativa, que será relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A SUG 12/2018 regulamenta assuntos relativos à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, jornada de trabalho de 40 horas semanais e ao salário mínimo mensal.

Paim informou que a primeira versão do anteprojeto da reforma trabalhista tem mais de 700 artigos.

— Hoje apresentamos a nova CLT. Foram nove meses de trabalho com a Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho e as centrais sindicais — disse o senador.

Essas associações são autoras da sugestão legislativa protocolada no Senado.

Segundo o procurador regional do Trabalho Alessandro Miranda, existem milhões de trabalhadores que nem sequer sabem que trabalham em condições de escravidão.



Paim (C), Telmário Mota e Regina Sousa: proposta é chamada de nova CLT

— É uma satisfação que possamos apresentar um documento social que visa combater toda a precarização do trabalho na semana em que completamos 130 anos da abolição dos escravos no Brasil — disse.

## Proteção

Para o senador Paulo Rocha (PT-PA), a proposta do estatuto é uma forma de reagir em favor da proteção social do trabalho.

— É fundamental que, além da tarefa de reagir contra os direitos rasgados pela reforma trabalhista, resgatemos a democracia do nosso país. Sem democracia não existem direitos e igualdade. É preciso peitar a elite brasileira e defender os direitos do povo. Saúdo esse momento histórico — avaliou o senador.

A assistente técnica da Comissão de Direitos Hum

nos (CDH) Tânia Andrade apresentou a estruturação da proposta do Estatuto do Trabalho. O texto está dividido em duas partes, sendo a primeira sobre o direito do trabalho e a segunda sobre o direito processual.

Entre os vários capítulos, a primeira parte dispõe sobre assuntos relativos à vedação de práticas análogas à escravidão e à proteção a mulheres, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, idosos e contra a discriminação étnico-racial. Também regulamenta o tempo de trabalho, o direito ao descanso e o emprego rural e autônomo.

De acordo com Tânia, a segunda parte da proposta não está consolidada. O Tribunal Superior do Trabalho ainda fará outras proposições sobre o processo e a Justiça do Trabalho.

## Dário defende pacto para uma eleição centrada em propostas

Ao comentar a sessão temática que debateu na quarta-feira o aumento de casos de violência e intolerância no processo político do país, Dário Berger (PMDB-SC) defendeu que candidatos firmem um pacto para um processo eleitoral centrado em propostas e não em ataques.

— Sugeri que nós fizéssemos um manifesto do nosso encontro, para remeter aos nossos candidatos à presidência da República. Precisamos estabelecer um diálogo, temos que estar acima das diferenças políticas — disse o senador.

## Medeiros lamenta morte de ex-deputado e pede duplicação de BRs

José Medeiros (Pode-MT) lamentou a morte do ex-deputado estadual Jota Barreto em um grave acidente que envolveu nove veículos na BR-364, em Jaciara (MT).

Na opinião do senador, o acidente ocorreu pela falta de investimentos para duplicar as rodovias de Mato Grosso, que tiveram processos suspensos ou paralisados após os desvios detectados na Lava Jato, com irregularidades na atuação das empreiteiras responsáveis.



Genaldino Magela/Agência Senado

## Para Lindbergh, somente Lula pode tirar o Brasil da crise

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ontem que o PT vai registrar a candidatura de Lula à Presidência da República no dia 15 de agosto. Segundo ele, somente Lula pode tirar o Brasil da crise.

O senador disse que a economia está estagnada, crescem os índices de desemprego e as taxas de pobreza.

— Nós vamos levar a candidatura à frente, porque estou convencido de que só Lula tira o país desta crise.



Genaldino Magela/Agência Senado

## Ana Amélia diz que falta autocrítica a partidários de ex-presidente

Ana Amélia (PP-RS) criticou apoiadores de Lula que seriam incapazes de reconhecer os erros dos governos petistas. A senadora disse que os cidadãos estão agora pagando uma conta caríssima pela sucessão de equívocos.

— Esqueceram-se dos princípios básicos de planejamento, gestão, acompanhamento, avaliação de resultados e agora vêm aqui, oferecendo uma nova realidade de um país que é apenas um sonho.



Roque de Sá/Agência Senado

## Requião critica Justiça do PR por lentidão para julgar ação civil

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem, em Plenário, o que chamou de “mecanismo da Justiça do Paraná”. Nesta semana, o Tribunal de Justiça do estado condenou, em ação civil pública, o ex-presidente da Companhia Paranaense de Energia (Copel) Ingo Hubert e o doleiro Alberto Youssef pela compra R\$ 40 milhões em crédito da empresa Olvepar, falida na ocasião. O próprio senador denunciou o caso em 2003, quando foi governador do Paraná.

— Se a Justiça paranaense levou 15 anos para condenar os dois na ação civil pública, quantos anos ainda levará para julgar a ação criminal?



Genaldino Magela/Agência Senado

## Reforma trabalhista aumentou desemprego, afirma Vanessa

Já se passaram 301 dias desde a sanção da reforma trabalhista e nada mudou em prol do trabalhador ou do mercado de trabalho, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que citou a elevação do número de pessoas desocupadas.

A senadora criticou as mudanças na CLT e as formas usadas pelo governo para aprová-la.

— E as mudanças? Nem uma mudança teve e o resultado nós estamos vendo. O trabalhador está sendo penalizado. Pesquisas mostram que aumentou o desemprego para quase 1,5 milhão de pessoas no primeiro trimestre do ano



Genaldino Magela/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PARLASUL Direitos humanos

9h Audiência a respeito do informe anual sobre direitos humanos nos Estados-partes.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

### CÓDIGO COMERCIAL Agronegócio

10h Audiência em Campo Grande sobre das normas referentes ao agronegócio.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Projeto reestrutura setor elétrico e amplia MP

Presidente da comissão que estudou medida diz que parecer aprovado anteontem retira trecho que permite privatização; projeto segue para Plenários da Câmara e Senado

O PROJETO DE lei de conversão apresentado à Medida Provisória (MP) 814/2017 estrutura o setor elétrico e amplia a abrangência do texto. Aprovada pela comissão mista anteontem, a MP será agora submetida aos Plenários da Câmara e do Senado e tem validade até o dia 1º de junho. O projeto de conversão, que teve 17 votos favoráveis e 7 contrários, passou por sucessivas alterações nos últimos dias.

O trecho mais polêmico da MP permitia a inclusão da Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O presidente da comissão mista, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), ressalta que esse trecho foi retirado do projeto de lei de conversão pelo relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Braga comemorou a aprovação da medida, afirmando que a proposta “reestrutura, reorganiza e viabiliza financeiramente o setor elétrico” e “garante segurança energética

para os próximos 50 anos”.

A MP enviada pelo Executivo tinha quatro artigos. O relator apresentou um texto com 29 artigos, que estendem o alcance da proposta. Foram incluídas 158 emendas na comissão mista. Julio Lopes acatou integral ou parcialmente 64 sugestões.

Uma das mudanças trata do suprimento de gás natural às termelétricas contratadas no âmbito do Programa Prioritário de Termelétricas. Os custos adicionais para a entrega de energia serão ressarcidos pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Outra alteração é a possibilidade de interligação de sistemas isolados com o Sistema Interligado Nacional. De acordo com o relator, a medida reduzirá gastos e levará energia de melhor qualidade a populações atendidas de maneira precária. Foi mantida a ampliação do prazo de 36 meses para a prorrogação de contratos em sistemas isolados — 246 localidades onde vivem

760 mil consumidores, principalmente na Região Norte.

O projeto inclui ainda mudanças na Tarifa Social de Energia Elétrica, que passaria a contar com uma “faixa de

## Randolfe critica medida provisória e acusa governo de sucatear setor elétrico

O governo ao afirmar que, se a Eletrobras não for vendida, o Brasil sofrerá apagão e aumento nas tarifas de energia elétrica, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador afirmou que isso já acontece devido ao sucateamento do setor elétrico do país. Randolfe criticou a aprovação, em comissão mista, da medida provisória que permite a privatização da Eletrobras (MP 814/2017), na forma do projeto de lei de conversão do deputado Julio Lopes.



Roque de Sá/Agência Senado

gratuidade” de até 80 quilowatt-hora/mês para todas as famílias. O relatório também prevê a realização de leilões para a aquisição de energia de fontes incentivadas, a pre-

## Aprovação coloca em risco sistema e soberania do país, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) protestou contra a aprovação, na comissão mista, da MP 814/2017. Para ele, a proposta vai “ao encontro do domínio do capital financeiro” e vende o patrimônio estratégico para o desenvolvimento do país. A aprovação, disse, coloca em risco a soberania brasileira.

— Estão vendendo a preço de banana [a Eletrobras], em um processo com graves consequências, não só para o desemprego do setor, mas também para o sistema, que fica em risco.



Gerardo Magela/Agência Senado

sença de parceiros privados na usina nuclear de Angra 3, a prorrogação do Programa Luz para Todos até 2022 e a criação de um fundo para expandir a malha de gasodutos.

## Jorge Viana pede ação do Ministério Público para impedir privatizações

Jorge Viana (PT-AC) disse que ontem foi um “dia vergonhoso para o Congresso, pela aprovação do relatório do deputado Julio Lopes (PP-RJ) para a MP que permite a privatização da Eletrobras. Ele também classificou de “criminoso” o fechamento de agências dos Correios e criticou a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro.

— É um crime que está sendo cometido. Eu queria uma ação do Ministério Público Federal impedindo a tramitação do processo.



Roque de Sá/Agência Senado

# Medida provisória que cria Ministério da Segurança Pública divide debatedores

O ex-ministro da Justiça na gestão Dilma Rousseff José Eduardo Cardozo criticou ontem a criação do Ministério da Segurança Pública. Em audiência na comissão mista da medida provisória que criou a pasta, Cardozo disse que a violência não será reduzida dessa forma.

— Essa visão de “vamos criar um Ministério da Segurança Pública que vai se focar na polícia” é um erro porque o problema da segurança pública exige uma integração muito forte com o Judiciário, o Ministério Público e o sistema prisional, além de um peso governamental na relação com

outras pastas para produção de políticas sociais.

AMP 821/2018 desmembrou o Ministério da Justiça para criar a nova pasta. O governo considera necessária a criação do ministério extraordinário para acelerar a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com estados e municípios, e para tentar conter a sensação de insegurança da população.

Os secretários-executivos do Ministério da Justiça, Gilson Libório, e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Luís Carlos Cazetta, disseram que o desmembra-



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Dário (2º à esq.), o Estado deve estar presente na vida do cidadão

mento vai aumentar a dedicação a temas como a questão indígena e a política antidrogas. Eles ressaltaram a necessidade de integração para o combate à criminalidade surtir efeito.

O relator da comissão, senador Dário Berger (PMDB-SC), destacou que o Estado deve estar presente na vida do cidadão.

— A questão social, na minha opinião, é a solução para todos

os problemas que nós estamos vivendo no Brasil. E o Brasil continua cada vez mais imperialista, nasceu imperialista, nasceu oligárquico, nasceu pelos poderosos e continua. As ações políticas e sociais são preferencialmente voltadas a esse segmento quando, na verdade, nós temos que efetivamente inverter essa lógica.

Na próxima audiência pública, marcada para quinta-feira, a comissão deve ouvir representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, da Força Nacional de Segurança e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## Ataídes anuncia CPI para investigar juro de cartão de crédito

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lamentou o prejuízo causado aos 52 milhões de usuários de cartões



Gerardo Magela/Agência Senado

de crédito pelos juros extorsivos e abusivos cobrados pelas operadoras no país. Ele informou ontem em Plenário que a Comissão de Defesa do Consumidor, da qual é presidente, tem combatido o problema com cobranças e audiências, mas sem o efeito desejado. Diante disso, afirmou, a solução foi instalar uma CPI para investigar o tema.

## Lúcia Vânia pede aprovação de texto que regula isenções fiscais

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu na quarta-feira a aprovação do Projeto de Lei do Senado



Roque de Sá/Agência Senado

(PLS) 155/2015, de autoria dela, que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal para disciplinar a concessão de benefícios tributários.

— Os entes da Federação passaram a usar a renúncia de receita pública para determinados contribuintes, mas o emprego dessas medidas pode trazer graves consequências ao sistema tributário.

## Eduardo Lopes cobra ajustes urgentes na intervenção no RJ

Eduardo Lopes (PRB-RJ) cobrou ajustes urgentes na intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

— Eu não sei onde estão as tropas, mas nas ruas do Rio de Janeiro não estão. A população quer ação efetiva — afirmou em discurso na quarta-feira.

Ele disse que a comissão externa instituída pelo Senado para acompanhar a intervenção precisa cobrar do gabinete interventor os planos, os números e as ações previstas.



Roque de Sá/Agência Senado

## CPI recebe denúncias de mau uso da Lei da Alienação Parental

A CPI dos Maus-Tratos recebeu em audiência fechada denúncias de mães sobre a má aplicação da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318, de 2010). A audiência foi fechada para preservar as famílias, muitas em processo pela guarda de filhos.

A alienação ocorre quando o pai ou a mãe instiga o rompimento de laços afetivos do filho com o outro genitor, em meio ao processo de separação. Segundo o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), relatos apontam que, na prática, a lei pode estar sendo usada em favor de abusa-

dores, que acabam acusando a outra parte como alienante para esconder crimes.

— Temos um turbilhão de mães vivendo seu desespero. O que tem de sentença absurda de juiz reconhecendo o crime, mas dando sentença favorável ao criminoso é uma grandeza. Temos que tomar uma posição sobre isso — disse o senador.

De acordo com Malta, o relatório da CPI deve propor a revisão da atual legislação.

— Muita gente rica tem produzido laudos milionários, e raros são os casos que de fato são verdadeiros.

# Comissão aprova grupo sobre Coreia do Norte

Grupo parlamentar de amizade vai trabalhar pela efetivação de acordo de cooperação econômica e técnica assinado em 2009 e pela nomeação de novo embaixador

O GOVERNO NORTE-COREANO adotou a partir deste ano novas diretrizes estratégicas, dando prioridade máxima ao desenvolvimento de sua infraestrutura econômica, disse ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL). O senador apresentou um balanço de sua visita oficial à nação asiática, entre 23 de abril e 4 de maio. Também visitou a Coreia do Norte o senador Pedro Chaves (PRB-MS).

Collor disse que a nova diretriz foi anunciada pelo líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, à população no início do ano. A nova estratégia sucede a adotada entre 2012 e 2017, que focava de forma mais pormenorizada no desenvolvimento do programa nuclear e na busca de

objetivos de ordem econômica.

O presidente da CRE enfatizou que a Coreia do Norte reabriu as conversações de paz com a Coreia do Sul, o que abre portas promissoras para o incremento das relações diplomáticas e econômicas com o Brasil. Com esse objetivo, a CRE aprovou, por iniciativa de Collor, a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte (PRS 18/2018). Uma das prioridades do grupo será aprovar o acordo de cooperação econômica e técnica assinado pelos governos dos dois países em 2009. O texto tramita na Câmara.

— Acredito que nosso país não pode perder este momento único, histórico, uma consequência das novas orientações adotadas pela gestão de Kim

Jong-un para a Coreia do Norte. O país está engajado em romper o isolamento a que, entendem, foram condenados, e é apreciado o fato do Brasil ser o único país das Américas que possui representação diplomática tanto no norte quanto no sul da península. Estivemos reunidos com autoridades, e eles têm interesse ainda em incrementar laços nas áreas acadêmica e sindical — afirmou Collor.

## Gestões

Outro objetivo do grupo será formalizar uma visita oficial do ministro de Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, Ri Yong Ho, ao Brasil. O grupo também realizará gestões junto ao governo federal visando à nomeação de um novo em-

baixador do Brasil em Pyongyang, uma vez que o cargo encontra-se vago, segundo Collor, “devido a uma leitura muito rigorosa das sanções aplicadas pela ONU ao país”.

A pedido de Vanessa Grazziottin (PC do B-AM), também

foi aprovado o pedido de urgência ao Plenário na análise da criação do grupo parlamentar de amizade. O objetivo de Collor é aprovar o PRS ainda em maio, para uma visita oficial do grupo parlamentar a Pyongyang em agosto.



Brasil deve aproveitar abertura da Coreia do Norte ao mundo, diz Collor

## Comissão aprova Alexandre Parola para representação na OMC

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, após sabatina, a indicação do diplomata Alexandre Parola para a chefia da representação brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, na Suíça. Agora a indicação terá que ser confirmada ou não pelo Plenário.

Segundo Parola, a OMC tem cumprido um papel de grande relevância na inserção internacional dos países em desenvolvimento, mas seu modelo multilateral encontra-se em xeque. A crise, disse, é explicada em parte pelo momento de transição vivido hoje, com a consolidação da China como um grande ator econômico e geopolítico. Ele lembrou que a OMC é fruto de acordos firmados após a 2ª



Parola destaca importância da OMC para os países em desenvolvimento

Guerra Mundial, quando os Estados Unidos emergiram como nação hegemônica.

Parola disse que a China tornou-se a maior defensora de mecanismos multilaterais de comércio e da globalização, enquanto os EUA adotam diretrizes protecionistas. Para ele,

existe uma percepção em áreas relevantes de poder, e em parte das classes médias dos EUA e de outras nações desenvolvidas, de que o multilateralismo deixou de ser vantajoso.

— Não é figura de retórica afirmar que a OMC corre risco de deixar de existir. E se isso vier a ocorrer, será muito ruim para o Brasil. Se tivermos que reinventar todo o arcabouço de aquisições, dificilmente teremos resultados semelhantes.

Outro foco de Parola será atuar pela recomposição formal do órgão de apelação.

— Esse é o pilar da solução de controvérsias no âmbito da OMC. A grande dificuldade para que isso ocorra é a oposição que vem sendo feita pelo governo dos EUA.

Uma alternativa apontada

por Parola seria recompor o sistema de solução de controvérsias sem a participação dos EUA, o que “teria um limite claro, mas ao menos definiria uma estrutura”.

Outro objetivo anunciado pelo diplomata será definir novos formatos de negociações setoriais. Como a OMC busca construir consensos multilaterais, os novos formatos podem trazer resultados mais concretos quando se fortalecem as visões protecionistas. Segundo Parola, as negociações setoriais poderão se dar em torno de produtos definidos e, nas plurilaterais, “você vai negociar com quem quiser conversar sobre as pautas especificadas”.

O diplomata disse que a OMC precisa estar mais aberta ao debate público.

## Avança mudança em acordo sobre garantia de investimentos

A modernização do acordo que rege a atuação da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (Miga — na sigla em inglês) foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). A agência faz parte da estrutura do Banco Mundial. A análise segue agora ao Plenário do Senado.

O relatório (PDS 23/2018) pela aprovação foi lido por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e detalha que as novas regras já estão em vigor desde 2010, mas é necessário que o Parlamento brasileiro as aprove para que sejam internalizadas pela legislação do país.

## Alterações

O texto defende que o novo formato possibilita o aumento de investimentos em países em desenvolvimento, como o Brasil.

— A ampliação de investimentos garantidos permitirá que a agência atue em modalidades bastante usadas hoje em dia, mas ainda não cobertas, como a dívida autônoma. As mudanças foram relevantes e adaptaram a agência à nova realidade da indústria de seguros e do mercado financeiro, não comprometendo a capacidade de cada governo que receber os investimentos de escolher as operações que deseja autorizar — disse Anastasia.

## Diplomata indicado à embaixada no Mali é aprovado em comissão

A Embraer acaba de finalizar a venda de quatro aviões modelo Super Tucano às Forças Armadas do Mali no valor de US\$ 60 milhões, negócio concretizado graças à participação ativa da embaixada brasileira no país africano. A informação foi dada pelo diplomata

Rafael de Mello Vidal durante sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), quando teve sua indicação à chefia da representação brasileira em Bamako (a capital do Mali) aprovada pelo colegiado. A análise da indicação segue agora ao Plenário do Senado.

Vidal esclareceu que apenas a venda desses aviões equivale aos custos de manutenção da embaixada no Mali por período superior a 60 anos, incluindo na conta o pagamento de vencimentos ao corpo diplomático brasileiro e à força de trabalho local. A informação foi dada devido ao questionamento de alguns senadores quanto à viabilidade de manter representações diplomáticas em países com os quais o Brasil ainda não possui vínculos econômicos mais expressivos.

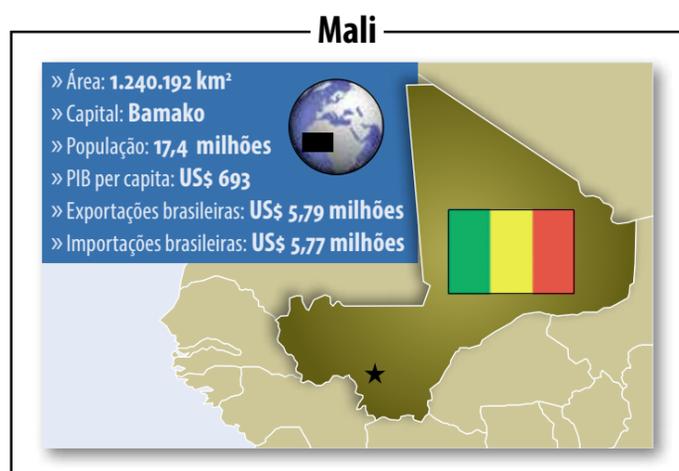
— Uma única operação comercial bem-sucedida já paga a manutenção por décadas. E é óbvio que nos próximos 60 anos muitas outras vendas e oportunidades de exportações serão concretizadas — afirmou o diplomata.

Segundo Vidal, o Mali pre-



Rafael de Mello Vidal em sabatina na Comissão de Relações Exteriores

cisa modernizar suas forças militares, pois o país tem sido, desde 2012, um dos principais focos de atuação de grupos terroristas como o Estado Islâmico. Mas ele garante que sua atuação também estará voltada à venda de outros produtos e ao incremento das relações na agricultura, uma vez que a nação africana é uma grande importadora de alimentos.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br